



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 138

25 a 28 de março de 2024



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



CCJC DA CÂMARA VOTA PROJETOS IMPORTANTES PARA O COOP

VOTAÇÕES IMPORTANTES NA CCJC

PL 952/2019: Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou o Projeto de Lei, que estabelece um prazo mínimo de validade para a importação de produtos lácteos, especificamente leite em pó. A proposta determina que os importadores brasileiros de produtos lácteos, como o leite em pó, devem respeitar um prazo mínimo de validade equivalente a setenta por cento do tempo de prateleira. O projeto agora segue para avaliação do Senado Federal.

PL 1800/2021: A CCJ da Câmara ainda aprovou o Projeto de Lei 1800/2021, que aborda a manutenção da isenção de PIS/Cofins sobre as atividades de reciclagem. Esta proposta, integrante da Agenda Institucional do Cooperativismo, prevê o direito ao crédito de PIS e COFINS na aquisição de materiais para reciclagem, e também estabelece a isenção dessas contribuições na venda de resíduos. O Sistema Cooperativista reconhece que essa medida contribui significativamente para promover maior dignidade, inclusão social e econômica aos catadores em cooperativa.

Imagem. Discussão CCJC da Câmara:



Fonte: Câmara dos Deputados.

PLENÁRIO DA CÂMARA APROVA NOVA LEI DE FALÊNCIA

A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira projeto do Poder Executivo que altera a Lei 11.101/2025 que define o instituto da falência de empresários e da sociedade empresária. O texto final aprovado, foi o substituto da relatora Dani Cunha (UB-RJ), que faz mudanças na proposta original do governo estabelecendo novas regras para mandato do administrador judicial, sua remuneração e o uso de créditos de precatórios.

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que o projeto aperfeiçoa o sistema tributário e de gestão fiscal do Executivo: “estamos dando condições ao País para dar sustentabilidade ao crescimento da economia brasileira com gestão eficiente e compromisso republicano do governo”, disse.

Já a líder da oposição, deputada Bia Kicis (PL-DF), disse que “o projeto tem o potencial para abreviar as falências”. Segundo ela, o texto propõe algo melhor que os processos falimentares atuais, prolongados por décadas.

Os vice-presidente da Frencoop na Câmara Deputado Sérgio Souza (MDB-PR), liderou as negociações pela defesa do cooperativismo no debate deste projeto.

Deputada Dani Cunha (UB-RJ) apresenta parecer no plenário da Câmara dos Deputados:



Imagem: Câmara dos Deputados.



GOVERNO DO ESTADO PROMOVE ENCONTROS PARA DISCUTIR MERCADO DO LEITE

ESTADO PROMOVE ENCONTROS EM LONDRINA E FRANCISCO BELTRÃO PARA DISCUTIR MERCADO DO LEITE

Importação de leite em pó dos países do Mercosul teve aumento expressivo nos últimos anos, prejudicando produtores de todo o País. Eventual taxaço do produto na entrada no Paraná pode ser uma solução para o Estado. Em abril o governo do estado do Paraná vai organizar discussões sobre o tema em Londrina no dia 11/04 e Francisco Beltrão no dia 16/04.

O objetivo é discutir a questão da importação anormal de leite observada nos últimos anos, o que tem prejudicado os produtores brasileiros, incluindo os do Estado. A partir dessas conversas serão apontados caminhos que podem passar por aumento da taxaço nas entradas do produto em pó.

Segundo o Secretário de agricultura Norberto Ortigara, neste momento o estado precisa encontrar meios de proteger minimamente os produtores, para fortalecer o setor e transforma-lo em mais uma cadeia vitoriosa até o final da década.

O assunto está em pauta desde maio do ano passado quando o secretários estaduais de Agricultura se reuniram com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.



Fonte: Imagens públicas.